

Sozinho, Portugal nada pode fazer para baixar a dívida

Parlamento Especialistas em dívida pública estiveram ontem na Assembleia da República a falar sobre formas de baixar a dívida. Reestruturação da dívida só num contexto europeu.

Marta Moitinho Oliveira
marta.oliveira@economico.pt

Das intervenções dos especialistas que ontem estiveram no Parlamento para falar sobre a dívida pública não saiu uma posição comum. O diagnóstico está feito – a dívida pública tem de baixar – mas qual a melhor estratégia para o fazer? Nem todos concordam com a reestruturação da dívida e mesmo entre os que a admitem há quem diga que esse plano só pode avançar num contexto europeu e nunca de forma isolada.

A conferência sobre a dívida pública resulta de uma iniciativa do PS, que apresentou no Parlamento um projecto de resolução que previa uma audição de perito internacionais e nacionais. A escolha dos oradores resultou do cruzamento das listas que os vários partidos entregaram e, por isso, seria quase impossível que dos vários painéis resultasse uma posição consensual.

Primeiro, dois casos práticos de países que reestruturaram a dívida: a Argentina e o Equador. Jorge Argüelo, embaixador da Argentina em Portugal, defendeu que a reestruturação da dívida naquele país foi “benéfica” e elencou os ganhos para o país ao lembrar que a taxa de desemprego passou de 24,7% para uma taxa que “não chega a 7%”. Os salários reais aumentaram, o consumo subiu e o PIB cresceu, detalhou. Apesar de defender que “as reestruturações da dívida são como os divórcios” (ninguém casa para se divorciar, mas por vezes isso acontece), o embaixador deixou um aviso: “não existem receitas colectivas de reestruturação para todos os países”. Ou seja, cada um deve fazê-lo à luz do seu enquadramento.

Paola Pabón, deputada da Assembleia Nacional do Equador para o Movimento Alianza PAIS, veio a Portugal para falar do caso daquele país. O Equador reestruturou a dívida em 2008/2009, tendo revisto até os contratos feitos com as empresas petrolíferas. A parlamentar equatoriana afirmou que a Europa está agora a enfrentar as dificuldades que a América Latina teve há algum tempo e defende uma ruptura

com o modelo neoliberal.

E tendo em conta estes casos o que pode fazer Portugal para baixar uma dívida pública que ronda os 130% do PIB? Sozinho, praticamente nada. Jacob Kirkegaard, investigador do Instituto Peterson defende que se Portugal avançasse para um processo de reestruturação unilateral da dívida pública arriscava-se a perder “o acesso ao mercado durante algum tempo”. O que para Portugal teria uma “consequência terrível”, acrescentou. O economista considerou ser possível reestruturar dentro da zona euro – mas fora “as consequências seriam muito graves”, dadas as “complicadas” ramificações políticas financeiras. No mesmo sentido, o economista Paulo Trigo Pereira afirmou não ser defensor “de soluções unilaterais para a dívida

“

Se Portugal avançasse para um processo de reestruturação unilateral da dívida arriscava-se a perder o acesso ao mercado durante algum tempo.

Jacob Kirkegaard
Investigador no Instituto Peterson para a Economia Internacional

“

“Não defendo soluções unilaterais para a dívida pública, mas sim multilaterais dentro do contexto da União Europeia”.

Paulo Trigo Pereira
professor no ISEG e presidente do think-tank Instituto de Políticas Públicas (IPP) Thomas Jefferson -Correia da Serra

pública, mas sim multilaterais dentro do contexto da União Europeia” e defendeu que Portugal “devia tornar-se parte activa no espaço europeu e numa solução multilateral que não tem de envolver todos os países do euro”. Para o professor da Universidade de Lisboa é necessário fazer reestruturação orçamental e fazê-la de forma moderada para ter um impacto mínimo no crescimento económico e no emprego”. Também o economista João Duque considera que “reestruturação unilateral deve ser guardada como último recurso já que é muito arriscado”. “A solução europeia é a ideal”, acrescentou.

Jeffrey Anderson, director-geral dos assuntos europeus no Instituto de Finanças Internacionais (IFF), que acompanhou por dentro o processo de reestruturação da dívida grega sublinhou que Portugal não deve repetir o que foi feito na Grécia e que tudo o que possa prejudicar o que foi conseguido (taxas de juro mais baixas e economia a crescer) “seria infeliz”. Entre os oradores internacionais foi ainda argumentada a necessidade de apostar no crescimento económico, o que pode ajudar a compor o rácio da dívida pública. Mas este indicador pode ser uma ilusão. Yannis Manueldes, advogado na Allen & Overy, que participou na Comissão de credores privados que negociou com a Grécia a sua dívida soberana, defendeu que existem outros aspectos a ter em conta além do rácio da dívida pública em percentagem do PIB, como o montante em dívida e a taxa de juro. No contexto europeu, é importante saber “quem são os credores”. Isto porque na reestruturação “há sempre perdas para alguém”, justificou.

Do outro lado, o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, José Castro Caldas, é defensor da reestruturação da dívida. “O que está em causa é saber se o serviço da dívida deve sobrepor-se a todos os outros compromissos do Estado”, afirmou. “O que está em causa é a relação entre o serviço da dívida e os direitos humanos e a sustentabilidade social”, realçou ainda. ■ **com PC.S.**

PLATEIA

Credores na assistência

O debate no Parlamento estava a decorrer com normalidade, quando Eduardo Paz Ferreira, um dos signatários do Manifesto dos 74 que defendia a reestruturação da dívida pública, chama a atenção para quem na assistência ouvia o que debatia. A Alemanha, o maior país credor de Portugal, quer saber como anda o debate nacional sobre a dívida pública e, por isso, enviou Matthias Fischer, o conselheiro económico da Embaixada da Alemanha em Portugal. Na sua intervenção, Paz Ferreira defendeu que o problema da dívida portuguesa deve ser resolvido no contexto europeu. **M.M.O.**

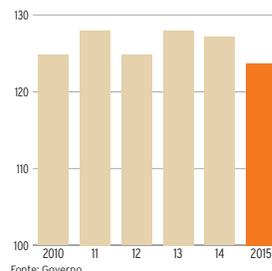


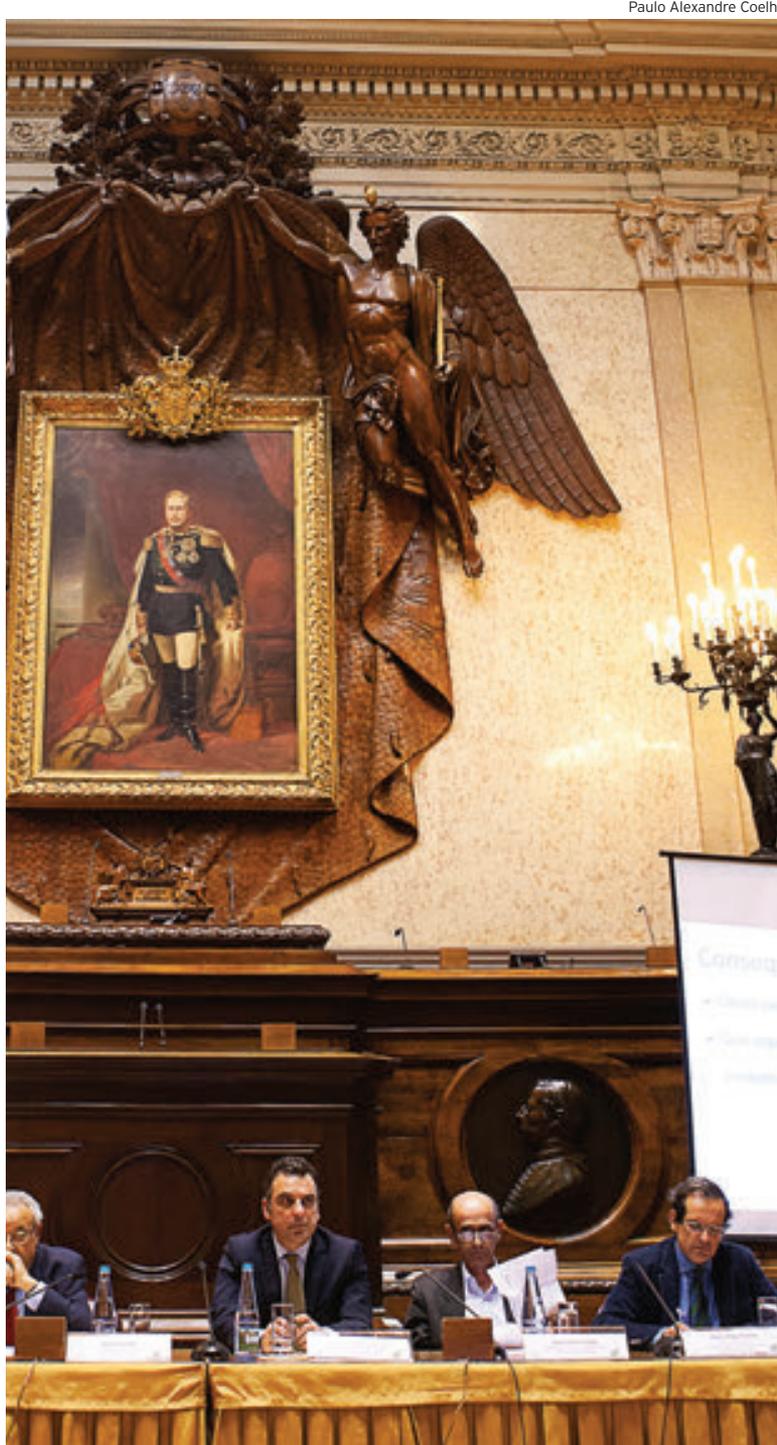
Como o Estado tem gerido

A elevada dívida pública do Estado obriga a que o País tenha de enfrentar no próximo ano uma factura com juros em torno de oito mil milhões de euros. Além deste custo, o Estado tem também de refinar dívida. Nos próximos cinco anos, por exemplo, em média Portugal terá de amortizar anualmente 12,7 mil milhões de euros em dívida de médio e longo prazo. Para diminuir o esforço com amortizações, a agência que gere o crédito público, o IGCP, tem recorrido a operações de troca de dívida, em que oferece aos investidores obrigações com maturidades mais longas e, em

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Pela primeira vez desde 2010, a dívida pública desce este ano.





a dívida pública

simultâneo, recompra a esses mesmos investidores títulos que vencem em prazos mais curtos. A última operação deste tipo ocorreu em Novembro. O Estado conseguiu trocar 1,75 mil milhões de euros em dívida que vencia nos próximos dois anos por novos títulos que atingem a maturidade em 2021 e 2023. Além destas operações de mercado, durante o programa da 'troika' Portugal entrou em acordo com Bruxelas para estender as maturidades do empréstimo concedido ao País de forma a diminuir o esforço anual com amortizações. Apesar da cedência da UE, o FMI não prolongou as

maturidades. Mas o Governo admitiu amortizar antecipadamente os empréstimos do FMI, já que os custos de financiamento actuais no mercado são inferiores às taxas cobradas pelo Fundo.

A par da tentativa de alongar as maturidades da dívida, a estratégia do Estado tem passado por acumular um valor significativo em tesouraria. De acordo com uma apresentação do IGCP a investidores, o Estado conta terminar este ano com 10,2 mil milhões de euros em tesouraria. Esta almofada permite ao Estado ter um menor risco de refinanciamento. **R.B.**